

PROJETO DE LEI Nº _____ / 2012

(Do Senhor Deputado Hugo Leal)

Institui o Fundo Nacional para o Financiamento de Projetos de Infraestrutura nas Unidades da Federação participantes de Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Nacional para o Financiamento de Projetos de Infraestrutura nos Estados e Municípios - FRINFRA, destinado à execução de obras de infraestrutura nas Unidades da Federação que tenham participado do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Art. 2º O Poder Executivo disporá sobre a constituição do Conselho Gestor deste Fundo, ficando este Conselho responsável tanto pela gerência, como pelo controle contábil e orçamentário do mesmo.

Art. 3º Constitui fonte de receita do Fundo os valores correspondentes a 2% (dois por cento) da Receita Líquida Real (RLR) de cada Unidade da Federação que tenha refinanciado dívidas e demais prestações, nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

§ 1º. A União fará o repasse do valor referido no caput deste artigo ao Fundo instituído por esta Lei após o recebimento do valor referente a dívida de cada Ente, de acordo com o valor pactuado ou até ao limite de 13% (treze por cento) da respectiva RLR.

§ 2º Os recursos do Fundo instituído por esta Lei servirão para o custeio da execução dos projetos aprovados pela União.

Art. 3º As Unidades da Federação participantes deverão apresentar para a aprovação da União os projetos de infraestrutura em seus respectivos territórios.

Parágrafo único. Terão prioridade na liberação de recursos os projetos de obras de infraestrutura já iniciados, sendo preferenciais, os projetos dos Entes comprometidos com a realização da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei não tem evidentemente a pretensão de sanar todos os problemas e gargalos hoje existentes no Brasil. Todavia, busca criar fórmula para combater um grande problema que é a questão da necessidade premente de investimentos infraestruturais no país, empeco ao crescimento econômico que é.

Neste campo situa-se uma vasta gama de obras que demandam investimentos públicos e privados que consomem recursos, hoje previsivelmente insuficientes para tanto, motivo por que algumas das quais, já iniciadas inclusive, progridem em passo lentíssimo. Isto põe em risco não só o crescimento econômico, mas o cumprimento de metas para a realização de eventos internacionais, como Copa do Mundo e Olimpíadas (para citar os mais evidentes) e, contribui para travar o desenvolvimento da nação e diminuir a competitividade do Brasil no cenário internacional.

É neste diapasão que se idealizou a presente proposta, no mesmo norte das últimas posições manifestadas pela Presidência da República. Exemplo de tanto, revelam as matérias amplamente veiculadas pela imprensa nacional, apresentadas em seguida, revelando o tema que pautou a reunião havida entre a Excelentíssima Senhora Presidente da República com empresários dos diversos setores.

A Folha de São Paulo, em sua edição de 21/03/2012, resume:

"Dilma chama empresários para cobrar investimentos

Numa tentativa de mudar o foco do governo para uma agenda positiva, a presidente Dilma Rousseff faz amanhã uma reunião com um grupo de 27 grandes empresários e banqueiros do país para cobrar mais investimentos no setor produtivo.

A reunião foi convocada num momento em que o Palácio do Planalto enfrenta uma fase de turbulência política em suas relações com o Congresso e o principal partido da base aliada, o PMDB.

Segundo assessores, Dilma quer mostrar que a crise política não imobilizou sua administração e que sua prioridade continua ser fazer a economia crescer pelo menos 4% em 2012, depois de um crescimento de apenas 2,7% no primeiro ano de sua gestão.

Dilma vai pedir aos participantes do encontro que invistam mais para acelerar o ritmo de crescimento.

Segundo o IBGE, os investimentos ficaram praticamente estagnados no segundo semestre do ano passado.

A intenção da presidente, disse um assessor, é despertar o "espírito animal" dos empresários, expressão que o ex-ministro Delfim Netto, conselheiro de Dilma, costuma usar para salientar a influência que as expectativas criadas pelo Planalto têm nas decisões dos investidores."

O Valor Econômico, também de 21/03/2012, já de maneira mais completa analisa o episódio:

"Dilma pedirá retomada de investimentos a empresários

Autor(es): Fernando Exman e Raymundo Costa | Brasília

Valor Econômico - 21/03/2012

É hora de mudar o discurso oficial, abandonar o temor da crise externa e ativar o "espírito animal" dos empresários. A retórica de crise que caracterizou os pronunciamentos de 2011 assustou o setor privado. O discurso agora é o do crescimento e do investimento. E é isso que a presidente Dilma Rousseff vai conversar na reunião de amanhã com empresários. Desde a posse a presidente manteve uma relativa distância do setor privado. Amanhã ele pedirá ao empresariado que retome os investimentos postergados pelas medidas de desaceleração da economia, tomadas pelo governo no ano passado, e pela crise externa.

Os empresários pretendem aproveitar a ocasião para debater com a presidente o risco de "desindustrialização". A intenção deles é tirar da presidente iniciativas que vão, de fato, criar um ambiente favorável à retomada de investimentos.

"Imagino que o objetivo da reunião seja discutir a questão da desindustrialização, as ações que podem ser feitas e as medidas que o governo possa tomar", comentou influente líder empresarial. Ele, porém, comentou que "o investimento não está ligado a um desejo do governo, e sim às condições de mercado."

Para esse empresário, não basta também o governo acenar com a possibilidade de conceder incentivos fiscais ao setor

produtivo, como a redução dos impostos que incidem sobre a folha de pagamento das empresas. Ao empresariado interessa saber se haverá expansão da demanda, oferta de crédito e condições de enfrentar os produtos importados. "O que faz o empresário investir não é incentivo fiscal. O incentivo fiscal ajuda o empresário a colocar um investimento num país ou num Estado, mas a decisão de investir é baseada na possibilidade de acessar mercado."

A ideia do encontro surgiu em dezembro do ano passado, quando a Presidente Dilma esteve com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em meio a notícias de adiamentos de investimentos consideradas preocupantes por Dilma e Lula, a presidente ouviu de seu antecessor e principal conselheiro político uma recomendação: "Não perca tempo. Coopte o setor privado para lhe ajudar na decolagem". Em seguida, Dilma ouviu de outros interlocutores a sugestão de que reunisse os cerca de 20 maiores empresários e banqueiros do país, desse encaminhamento às soluções para os problemas que os afligem e recomendasse aos executivos do setor financeiro que não reduzissem a oferta de crédito para investimentos.

Em 2011, a taxa de investimentos totalizou 19,3% do Produto Interno Bruto, 0,2 ponto percentual abaixo do verificado no ano anterior. Para 2012, a projeção do Ministério da Fazenda é que os investimentos alcancem 20,4% do PIB. A meta do governo é que esse índice chegue a 24% em 2014.

Nos últimos meses, os empresários não tiveram um lugar privilegiado na agenda de Dilma - pelo menos nos encontros que são divulgados pelo Palácio do Planalto. É a segunda vez que a Presidente Dilma se reuniu com um grupo ampliado de empresários. A primeira vez foi no Fórum Nacional da Indústria em agosto do ano passado, antes do lançamento do Brasil Maior. Segundo levantamento feito pela consultoria Macropolítica, a

Presidente só concedeu 20 audiências a representantes do setor privado desde que tomou posse.

O primeiro foi Jeffrey Immelt, presidente e CEO mundial da General Electric, recebido por Dilma em fevereiro de 2011. No mês seguinte, Dilma teve reuniões com executivos do Grupo BG, Deutsche Bank, AB InBev e Jorge Gerdau, presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau e da Câmara de Gestão criada pelo governo. Em abril foi a vez do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, e do Grupo Prisa, Juan Luís Cebrián. O dirigente da CNI retornou ao gabinete presidencial em junho.

Segundo auxiliares de Dilma, diferentemente do que ocorria com Lula, ela não gosta de marcar reuniões com empresários para debater questões genéricas. Prefere que os encontros sejam pautados por temas concretos."

Aliado a estes fatos, às diretrizes do Governo Federal, colocam-se tantos outros, como as discussões crescentes sobre questões federativas, em voga no Congresso Nacional e todos traduzem gargalos ao crescimento econômico. Os critérios de redistribuição dos royalties do petróleo, a reforma tributária, a rediscussão dos critérios de distribuição de recursos do FPE e a revisão dos critérios de equacionamento e pagamento das dívidas dos Estados e Municípios são os provavelmente os mais notórios.

Sobre este último ponto especificamente — revisão da dívida pública dos Estados e Municípios —, melhor dizendo, dos correspondentes critérios de refinanciamento, a princípio tratar-se-ia de tema deveras complexo haja vista a aparente necessidade de revisão paralela de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, algo praticamente impensável, haja vista o potencial de abalo na tão sonhada e conquistada estabilidade econômica.

Estar-se-ia diante do dilema que contrapõe desenvolvimento econômico e estabilidade, hipótese que aqui se busca contornar, ou melhor, busca-se conciliar com esta proposta de Projeto de Lei.

É que tal projeto de Lei, ao mesmo tempo em que se dedica a fomentar o desenvolvimento econômico destinando recursos para investimentos infraestruturais, desejo de todos, alivia os desembolsos necessários dos Entes, concentrando e destinando recursos e aliviando atribuições e competências, quer da União, quer dos Estados, quer dos Municípios.

E o faz reservando percentual da parcela das dívidas públicas de Estados e Municípios, sem alterar seus montantes, destinando-o ao Fundo da União que é a credora dos valores correspondentes, respeitando a responsabilidade fiscal, pois, passando tal Fundo a ser responsável pelo financiamento, no âmbito respectivo de cada Ente, de obras de infraestrutura proposta pelos Entes e avalizadas pela União, desafogando-se, portanto, os desembolsos de cada qual e cooperando com o desenvolvimento econômico e com as metas assumidas pelo país, tudo em absoluta consonância com o discurso e ações que vêm empreendendo a União e com as reivindicações que vem sendo feitas pelos Estado e Municípios.

Para a União é garantia de financiamento de obras de infraestrutura imprescindíveis à concretização das metas de crescimento; para Estados e Municípios, idem, e no âmbito de seus territórios. As competências concorrem para o mesmo propósito e os tesouros respectivos ficam aliviados para o redirecionamento de mais investimentos. Esta é a síntese do que aqui se propõe.

Sala das Sessões, em de abril de 2012.

Deputado **HUGO LEAL**
PSC/RJ